



Simulado Final

TRT 10

Técnico Judiciário
Área Administrativa - Pós-Edital

Simulado

Simulado TRT-10 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRT-10 (DF/TO)**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Th7eCLMHRtJBudGC6>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/FV4z>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO: Vício em tecnologia pode estar ligado a quadros de depressão e ansiedade**

Talvez você esteja lendo essa notícia através de seu celular. Ou talvez esteja passeando por essas primeiras linhas pensando nas possíveis notificações que deverá receber nos próximos minutos, preparando-se para alcançar o celular por perto.

Esse impulso, já tão característico de nossa sociedade contemporânea, é o que nos faz interagir nada menos do que 2.617 vezes ao dia, em média, com nossos smartphones. Isso quer dizer que gastamos cerca de 145 minutos (ou duas horas e 25 minutos) tocando, rolando ou pressionando a tela de nossos dispositivos eletrônicos. Para alguns, essa interação é tão forte que ficar longe do celular pode gerar a sensação de nomofobia (pavor de estar distante do aparelho).

A necessidade de estar sempre conectado, em alguns casos, é preocupante e pode ser considerada um vício, tal como o uso excessivo de substâncias psicoativas. É isso que aponta novo estudo realizado na Universidade Estadual de São Francisco, na Califórnia (EUA).

“Gradualmente, o comportamento de vício em smartphone forma conexões neurológicas semelhantes às de viciados em opiáceos, como de pessoas que consomem Oxycotin para aliviar dores”, afirmou um dos pesquisadores.

Além dos dispositivos eletrônicos, outro vício que pode acarretar pontos negativos é a dependência pelas mídias sociais.

Em uma análise com 135 estudantes da Universidade Estadual de São Francisco, os autores do mesmo estudo avaliaram que pessoas que usavam seus aparelhos com mais frequência se sentiam mais isoladas, sozinhas, deprimidas e ansiosas. De acordo com os cientistas, essas sensações são consequências que surgem quando as interações cara a cara são substituídas por uma comunicação sem linguagem corporal e outros sinais reais.

Esses mesmos participantes também mostraram funcionar como multitarefas enquanto estudam, comem, assistem às aulas e consomem algum tipo de mídia. Porém, esse constante número de atividades não permite que seus corpos e mentes tenham tempo para relaxar e se autorregenerar. Segundo os pesquisadores, devido à falta de descanso, todas as atividades são realizadas sem foco necessário e são feitas pela metade, já que a atenção desses estudantes é dividida, e não concentrada.

Para os autores do estudo, o vício pelo mundo digital não é culpa dos indivíduos, mas do desejo das corporações e empresas de tecnologia em aumentar seus lucros. Assim, elas investem em ampliar o número de notificações, vibrações e outros alertas em celulares e computadores e concentram nossa atenção ali, acionando os mesmos caminhos cerebrais que antes funcionavam fazendo alertas de perigo iminente, como ataques de animais. “Porém, agora, somos dominados por esses mecanismos que antes nos protegiam e garantiam nossa sobrevivência para consumir informações triviais”, avaliou o pesquisador.

Mas há uma saída para tudo isso. Assim como podemos regular nossa alimentação, também podemos encontrar mecanismos para diminuir nosso vício em dispositivos eletrônicos.

Os pesquisadores do estudo indicam que desativar notificações dos celulares e das redes sociais, separar um horário determinado do dia para responder emails e mensagens e estipular horários para realizar tarefas sem quaisquer interrupções são alternativas que funcionam.

Uma estudante da Universidade Estadual de São Francisco, que foi voluntária da pesquisa, deu uma boa dica para curtir mais tempo a vida real: quando ela sai com seus amigos, por exemplo, todos eles devem colocar seus celulares no centro da mesa e aquele que pegar o seu celular primeiro é obrigado a pagar a rodada de drinks.

Até a própria tecnologia pode te ajudar a ficar mais distante dela. A GALILEU separou logo abaixo alguns aplicativos que têm esse propósito:

- Forest (Android e iOS): Você deixaria uma árvore morrer só para dar uma olhadinha no Facebook? Se a sua resposta for não (esperamos que todos digam não!), esse aplicativo é uma ótima opção para você. Ah, pode ficar tranquilo, a árvore é digital. Basicamente, com o Forest, você planta uma árvore e determina o tempo que ela deverá crescer (entre 5 a 120 minutos) e, enquanto você

não usar seu dispositivo, a vida dela está garantida. Porém, se o seu vício por tecnologia falar mais alto, ela irá morrer. Caso você consiga completar seu tempo corretamente, você ganha moedas e pode comprar novas árvores a serem plantadas – e também concluir suas tarefas na vida real. É o fim da procrastinação!

- Focus Lock (Android): Se o seu problema são as distrações em redes sociais e a falta de foco, esse software permite que você bloqueie certos aplicativos pelo tempo que desejar.

- Mental (Android): Já se perguntou quanto tempo você gasta olhando seu celular todos os dias? Esse aplicativo faz essa conta por você e te traz um relatório das redes sociais que você mais usa.

Adaptado de:

<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/04/vicio%20em-tecnologia-pode-estar-ligado-quadros-de-depress%C3%A3o-e-%20ansiedade.html.%20Acesso%20em:%2015%20ago.%202024.>

Com base na leitura do texto, julgue os itens que se seguem

1. De acordo com o texto, sentir necessidade de estar sempre conectado pode ser um vício, semelhante ao abuso de drogas, com consequente alteração comportamental.
2. Depreende-se do texto que há um interesse mercadológico em capturar a atenção dos usuários de dispositivos eletrônicos para o mundo digital.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens que se seguem

3. Em “Assim, há menos chances, menos oportunidades e mais prejuízos”, a forma verbal ‘há’ poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical, por **podem haver**.
4. No segmento “As pessoas elaboraram todo o plano, que prevê investimento em fundos diversos”, o vocábulo “que” tem como referente a expressão “o plano”, que funciona como sujeito da oração expressa pela forma verbal “prevê”.

5. A expressão “bem como”, em “Os núcleos de gestão, bem como os colaboradores, devem zelar por um ambiente harmonioso” exprime ideia de adição.

6. Os sentidos originais e a correção do texto seriam mantidos caso a expressão “aquelas ligadas às” em “As motivações incluem aquelas ligadas às oportunidades de novas atribuições” fosse substituída por **as**.

7. O trecho “Qualquer cenário que colocasse o projeto em risco seria reprovado” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **colocar** no modo subjuntivo.

8. No segmento “Imperava, na primeira metade do século, um homem impiedoso”, o trecho “um homem impiedoso” funciona como complemento direto da forma verbal “imperava”.

9. Em “A forma dele de se portar estava relacionado às vivências de outras épocas”, o emprego do sinal indicativo de crase é obrigatório.

10. No trecho “A chave do que se esperava”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO

Paulo Sousa

11. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB é considerada uma norma de sobredireito, ou seja, uma norma sobre as normas, e parte de seu conteúdo é reconhecido pela jurisprudência como de caráter constitucional, apesar de sua natureza infraconstitucional.

12. A norma jurídica possui função exclusivamente prescritiva, determinando condutas obrigatórias aos indivíduos sem qualquer função descritiva ou valorativa.

13. As normas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB aplicam-se apenas ao direito privado, uma vez que sua origem estava relacionada à introdução do Código Civil de 1916.

14. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a lei do país onde a obrigação foi constituída regerá as obrigações, salvo disposição em contrário.

15. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB, a revogação de uma lei revogadora implica automaticamente na restauração da lei originalmente revogada.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue o item abaixo.

16. O dispositivo constitucional que prescreve que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais tem eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

A respeito das funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo.

17. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo legal que assegura aos membros do Ministério Público sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados, por violação à isonomia e ao devido processo legal.

18. Cabe à Advocacia-Geral da União prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, além de representar a União, judicial e extrajudicialmente, em todas as suas demandas.

A respeito da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item abaixo.

19. For força da dignidade da pessoa humana, durante a instrução e o julgamento de crimes contra a dignidade sexual, bem como em audiências e decisões judiciais, é vedada qualquer menção ou insinuação acerca da vida sexual pregressa da vítima.

Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise os itens abaixo.

20. É incompatível com a Constituição Federal dispositivo legal que assegura aos portadores de diploma de nível superior prisão especial.

21. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na ANVISA, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar.

22. É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e sobre a Organização dos Poderes, julgue os itens abaixo.

- 23.** Os Estados-membros, no exercício de sua autonomia, a respeito das autoridades não previstas em lei federal, podem tipificar, mediante lei, crime de responsabilidade, bem como fixar as regras do processo e do julgamento.
- 24.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados ao imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 25.** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de ministros de Estado.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- Maria, servidora pública federal, foi denunciada por um colega por suposta conduta irregular no ambiente de trabalho. A autoridade competente, ao tomar conhecimento da denúncia, determinou a instauração de uma sindicância para apurar os fatos. No curso da apuração, verificou-se que a conduta poderia ensejar a aplicação de pena de suspensão superior a 30 dias. Diante disso, a autoridade decidiu pela abertura de um processo administrativo disciplinar (PAD). Com base na situação apresentada e nas previsões da Lei nº 8.112/1990, julgue as assertivas a seguir:
- 26.** Os prazos prescricionais previstos do processo disciplinar iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato,

interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

- 27.** A autoridade administrativa, ao tomar conhecimento da denúncia contra Maria, tinha discricionariedade para decidir se instauraria ou não um procedimento investigativo, considerando a gravidade da infração.
- 28.** Como a sindicância identificou que a conduta de Maria poderia ensejar penalidade superior a 30 dias de suspensão, a autoridade deveria obrigatoriamente instaurar um processo administrativo disciplinar (PAD), sem possibilidade de aplicar diretamente a penalidade.

Acerca das licitações e contratos administrativos, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 29.** Todos os contratos firmados pela administração, assim como seus aditamentos, devem ser divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- 30.** A celebração de contratos administrativos pode ocorrer de forma eletrônica, desde que sejam atendidas as exigências previstas em regulamento.

Carlos, cidadão brasileiro, protocolou um requerimento junto a um órgão da administração pública federal solicitando a concessão de um benefício ao qual acredita ter direito. Após meses sem resposta, Carlos procurou informações sobre o andamento do processo e foi informado de que ainda não havia uma decisão formal emitida. Além disso, foi identificado que a análise de sua solicitação envolvia três setores distintos dentro do órgão, sendo que havia discordância quanto ao teor da decisão. Com base nessa situação e na Lei nº 9.784/1999, julgue as assertivas a seguir:

31. a administração pública não tem obrigação de responder formalmente ao requerimento de Carlos, podendo decidir de forma tácita conforme sua conveniência.

32. Como a análise do requerimento de Carlos envolve três setores distintos dentro do órgão, a administração poderia utilizar o procedimento da decisão coordenada, desde que a relevância da matéria justificasse essa medida.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir.

33. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público é ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios, sendo irrelevante a caracterização da intenção do agente em obter benefício a seu favor.

34. O reconhecimento acerca da produção de danos ao erário ou do enriquecimento ilícito dos agentes é indispensável para permitir o sancionamento dos agentes acusados da prática de ato de improbidade que atenta contra os princípios.

Sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, julgue o item a seguir.

35. No caso de extravio de documentos contendo informações solicitadas pelo interessado, o interessado poderá requerer à autoridade competente a apuração do desaparecimento da respectiva documentação, hipótese em que será instaurada sindicância, com o prazo de dez dias para que o responsável pela guarda da informação justifique o fato.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

Sobre a Teoria geral dos Direitos Humanos, as Fontes dos Direitos Humanos e os Direitos humanos e ordenamento jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

36. Os primeiros registros de escritos sobre Direitos Humanos remontam ao ano de 800 a.C a 200 a.C, no chamado período axial.

37. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a solidariedade pode ser compreendida como atributo da terceira geração de Direitos Humanos.

38. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que, a partir de qualquer acusação em matéria penal, toda a pessoa terá direito a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial.

39. Tratados internacionais de Direitos Humanos que não sejam aprovados por quórum especial, por sua natureza *jus cogens*, passam a servir ao controle de constitucionalidade.

40. O atual paradigma que tutela interesses de pessoas com deficiência defende sua total integração, sendo-lhe atribuída a plena capacidade civil, inclusive para exercer seu direito à adoção, diante da eleição prévia de dois apoiadores, por meio da tomada de decisão apoiada.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Rodrigo Rennó

Acerca das principais Teorias da Administração, julgue os itens que se seguem.

41. Segundo a Teoria das Relações Humanas, fatores como reconhecimento e atenção ao funcionário podem ter impacto direto na produtividade, pois o comportamento social dos empregados influencia seu desempenho.

42. A Teoria Neoclássica, apesar de ser considerada uma atualização das ideias clássicas, mantém a ênfase na estrutura formal e na rigidez hierárquica, não trazendo novos aspectos referentes à flexibilidade no trabalho.

Acerca do tema gestão de processos, julgue o item que se segue.

43. A maturidade em processos é o grau em que a organização consegue planejar, executar, controlar e melhorar seus processos de forma sistemática, sendo irrelevante para avaliar a capacidade de entrega de resultados.

Acerca do tema Transparência, julgue os itens que se seguem.

44. Informações pessoais relativas à vida privada e honra de indivíduos permanecem em caráter restrito por até 100 anos, exceto quando houver situação de evidente interesse público que dispense o consentimento do titular para divulgação.

45. De acordo com a LAI, o interessado em obter informações públicas deve justificar seu pedido, demonstrando o interesse específico, pois cabe ao órgão público avaliar a pertinência do motivo apresentado para autorizar o fornecimento.

Acerca do tema Organização, julgue os itens que se seguem.

46. A departamentalização territorial (ou geográfica) exige que todos os produtos e serviços realizados em determinado local sejam agrupados sob a supervisão de um único administrador, sendo especialmente indicada para organizações que atuam em áreas dispersas ou em diferentes regiões.

47. A departamentalização por cliente costuma ser mais introvertida e mais voltada às atividades internas da organização, já que a preocupação principal está na especialização das funções internas e não nas demandas externas.

48. Na departamentalização funcional, cada área foca seus objetivos departamentais, o que pode resultar em isolamento entre os setores e tornar mais complexa a coordenação entre as diversas funções internas.

Acerca do tema Motivação, julgue os itens que se seguem.

49. De acordo com a Teoria de Campo (proposta por Kurt Lewin), o comportamento de um indivíduo em situação de trabalho é um resultado das forças que o impulsionam (dirigem) e das forças que o inibem (restrições), sendo que a motivação para agir deriva exclusivamente dessas forças externas, sem considerar variáveis intrínsecas ao indivíduo.

50. A Teoria ERC, de Alderfer, ao introduzir o princípio de frustração-regressão, admite que mesmo um indivíduo que ainda não tenha suprido necessidades de Existência pode, de forma efetiva, perseguir necessidades de Relacionamento ou de Crescimento, ao contrário do que propõe Maslow em sua hierarquia rígida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Stefan Fantini

Com base na Accountability. Governabilidade e governança, julgue os itens a seguir.

51. Dentre os princípios da boa governança no setor público podem-se citar: ética, conformidade, transparência e prestação de contas responsável.

52. A *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre iguais ou autônomos, a exemplo da atuação dos Tribunais de Contas.

53. A governança está relacionada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas ao passo que a governabilidade está relacionada à capacidade política de governar e à legitimidade.

54. Na administração pública, a governabilidade está associada ao dever de os agentes públicos

prestarem contas, com objetivo de garantir-se uma maior transparência de seus atos, bem como à responsabilização pelos atos decorrentes de sua gestão.

55. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, Transparência, Equidade, Accountability, Responsabilidade, Legitimidade, Eficiência e Probidade.

Com base no Decreto nº 9.203/2017, julgue os itens a seguir.

56. De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, são mecanismos para o exercício da governança pública a liderança, a accountability e o controle.

57. De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades, é uma das diretrizes da governança pública.

58. De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, o valor público consiste em processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

59. Segundo o Decreto nº 9.203/2017, a Secretaria-Executiva do Comitê Interministerial de Governança - CIG, que será exercida pela Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, terá como competência, dentre outras, disponibilizar as atas e as resoluções do CIG em sítio eletrônico ou, quando o seu conteúdo for classificado como confidencial, encaminhá-las aos membros.

Com base nos Processos de análise e tomada de decisão, julgue os itens a seguir.

60. Situação hipotética: Determinado departamento de um órgão público decidiu negar atendimento a qualquer pessoa que não apresente o documento original com foto.

Assertiva: A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como programada.

Com base na gestão de riscos, julgue os itens a seguir.

61. De acordo com os conceitos da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, o risco residual consiste no risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.

62. De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, são princípios da Gestão de Riscos, dentre outros, o estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados e a utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

63. O Mapa de Calor consiste em uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).

64. Os riscos relativos a eventos de risco que estão normalmente associados a fragilidades que podem comprometer os processos de trabalho executados por uma determinada organização, como uma pane em equipamentos e a falta de capacitação técnica de pessoal, são chamados de riscos à integridade.

GESTÃO ESTRATÉGICA

Elisabete Moreira

A respeito do processo administrativo e do planejamento estratégico, tático e operacional, julgue os itens subsequentes.

65. A função de administração responsável por recompensar os colaboradores que realizam maiores entregas e dão os melhores resultados para a organização como um todo é denominada direção.

66. A visão organizacional refere-se a uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar.

67. O Balanced Scorecard – BSC, considerado um sistema de gestão, deve ser compatível com cada organização, com vistas a criar sinergia entre a missão e os valores organizacionais.

Acerca das ferramentas de gestão e das novas tecnologias gerenciais, da gestão de projetos e gestão de processos, julgue os itens a seguir.

68. O benchmarking é uma tecnologia de mudança utilizada para avaliar, comparar e identificar o gap de desempenho e obter vantagem competitiva. O benchmarking abraça a ideia de processo, contínuo e sistemático.

69. Projetos de processos de gestão se voltam para apoiar e executar os processos organizacionais da melhor forma possível, entregando valor diretamente ao cliente

70. Diversas tecnologias se voltam para a identificação da causa raiz de uma determinada situação ou problema, a exemplo do diagrama de Ishikawa, 5 porquês, brainstorming e 5S.

- 71.** A Matriz GUT é uma ferramenta largamente utilizada na solução de problemas e que indica problemas prioritários a partir da atribuição de notas que variam de 1 a 5, multiplicadas nos critérios gravidade, urgência e tendência.
- 72.** Os projetos podem promover uma única entrega, entregas múltiplas, periódicas e contínuas. A entregas contínuas podem ocorrer de forma sequencial ou separada; as entregas múltiplas entregam incrementos de funcionalidades imediatamente aos clientes.
- 73.** O modelo ágil de gerenciamento de projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas preditivas podem ser adaptadas conforme o contexto.
- 74.** É função do patrocinador de um projeto solicitar ao gerente do projeto que refaça e corrija a curva de custo do projeto, que se mostrou muito alta na fase de execução.
- 75.** A reengenharia de processos visa a melhoria dos processos, eliminando atividades que não agreguem valor à organização, enquanto a qualidade visa a melhoria contínua dos processos da organização.
- 76.** A definição de indicadores, a realização de treinamentos e elaboração do plano de ação para melhoria são etapas da fase de planejamento do ciclo PDCA.
- 77.** Nos estudos clássicos acerca de qualidade, Edward Deming desmonta como um dos gurus que propôs princípios gerais da qualidade total, entre os quais, instituir lideranças transformadoras, com flexibilidade de propósitos e treinamento no ambiente de trabalho.

- 78.** No processo de mudança organizacional, a fase de internalização do modelo de Kurt Lewin consiste no momento em que o novo comportamento se torna padronizado e a mudança é ancorada.

GESTÃO DE PESSOAS

Douglas Schneider

Julgue o item, relativo a recrutamento e seleção de pessoal.

- 79.** O processo de recrutamento interno apresenta um custo mais elevado em comparação ao recrutamento externo.

Julgue o item seguinte, referente a liderança, cultura organizacional, convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada e excelência nos serviços públicos.

- 80.** Na liderança transformacional, os líderes motivam e mostram habilidade na gestão de diferentes personalidades, mas não possuem o respeito dos liderados ou a cooperação necessária para atingir objetivos comuns.

No que se refere a aspectos de gestão de pessoas, julgue o item que se segue.

- 81.** No âmbito da gestão de desempenho, o avaliador deve assumir responsabilidade conjunta na elaboração do plano de desenvolvimento do colaborador avaliado.

Acerca da gestão de conflitos, julgue o item a seguir.

- 82.** A mediação é conduzida por um conciliador que sugere soluções após analisar o caso.

No que se refere ao processo de solução de conflitos, aos aspectos comportamentais e à cultura organizacional, julgue o item seguinte.

83. Os componentes básicos da motivação são três: a direção, a intensidade do esforço e a persistência.

Acerca de gestão de pessoas, julgue o item a seguir.

84. A gestão de pessoas é exercida nos três níveis organizacionais, sendo que no nível institucional a atividade principal é a gerência, no nível intermediário é a direção e no nível operacional a supervisão.

Com relação a gestão por resultados e administração de pessoal nas organizações, julgue o item subsequente.

85. A documentação, o tratamento de arquivos e o processamento de pagamentos são atividades relacionadas à administração de pessoal em nível operacional.

Julgue o item, relativo à competência interpessoal.

86. No âmbito da competência interpessoal, é essencial cultivar relações estratégicas e utilizar redes de contatos de forma responsável para maximizar resultados, agregar valor e identificar oportunidades para a organização.

Sobre o tema de desenvolvimento e capacitação de pessoal, avalie a seguinte afirmação.

87. O treinamento e desenvolvimento de pessoal visam preparar talentos para a organização, abordando habilidades técnicas e competências comportamentais.

Julgue o item a seguir sobre gestão de pessoas no setor público e tendências atuais.

88. Um sistema de recompensas equitativo emergiu como uma nova tendência no setor público, promovendo a valorização do profissionalismo dos

servidores, que deixam de ser meros executores para se tornarem agentes reconhecidos por sua competência.

Julgue o item a seguir, relativo à liderança nas organizações e qualidade de vida no trabalho.

89. O salário, o reconhecimento e a responsabilidade na tomada de decisões não afetam a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Avalie o item a seguir sobre cultura organizacional, gestão pública e privada, e excelência nos serviços públicos.

90. Em uma cultura organizacional, flexibilidade, mutabilidade e criatividade são desfavoráveis quando é necessário se adaptar a cenários adversos.

Julgue o item a seguir quanto a comprometimento, formação de equipes, gestão do conhecimento e qualidade de vida no trabalho.

91. Na formação de equipes de trabalho, onde o desempenho coletivo deve impactar positivamente o ambiente organizacional, é crucial ter engajamento coletivo e sinergia entre os membros.

No que diz respeito à competência interpessoal, ao gerenciamento de conflitos e à gestão da mudança, avalie o item a seguir.

92. A gestão da mudança concentra-se na implementação de novas tecnologias, relegando o impacto das mudanças no comportamento humano dentro das organizações.

GESTÃO DE CONTRATOS*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos da Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

93. Em qualquer situação a Administração Pública responde subsidiariamente por encargos trabalhistas inadimplidos em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

94. As alterações unilaterais dos contratos administrativos estão limitadas a 25% do valor inicial atualizado para obras, serviços e compras, exceto nos casos de reforma de equipamento, quando o limite será de 50% para acréscimos.

95. É cabível a prorrogação dos prazos de contratos administrativos de serviços ou de fornecimento contínuos, desde que o contrato não ultrapasse o limite máximo de 60 meses, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, quando poderá ser prorrogado por até 12 meses adicionais.

96. Em geral, uma vez concluída a instrução de solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, a Administração terá o prazo de 1 mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

97. A Administração Pública não deve intervir indevidamente na gestão interna das empresas que contratar para prestação de serviços. É possível, no entanto, o estabelecimento, como única forma de pagamento, o reembolso dos salários pagos.

98. Em caráter excepcional é cabível à Administração antecipar pagamentos ao contratado, caso em que poderá ser exigida garantia contratual adicional.

99. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

100. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas é condição indispensável para a validade dos contratos administrativos e seus aditamentos.

Considerando as disposições da IN/MPOG nº 5/2017 (terceirização), analise os itens a seguir.

101. O encargo de gestor ou fiscal de contrato não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal.

102. A indicação do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a empresa contratada tem o dever de designar outro para o exercício da atividade.

103. Fiscalização administrativa consiste no acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

104. É vedado à Administração conceder ponto facultativo aos trabalhadores da empresa contratada.

Considerando a disciplina do Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

105. Na contratação para registro de preços, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, não sendo necessária para a realização da licitação.

106. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado, entre outras hipóteses, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

107. A função estabilizadora do orçamento público tem como objetivo principal a redução das desigualdades sociais, garantindo a distribuição equitativa da renda e promovendo a justiça social.

108. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as diretrizes gerais da administração pública para um período de quatro anos, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

109. O orçamento-programa, diferentemente do orçamento tradicional, vincula cada despesa a um objetivo governamental, permitindo um controle mais efetivo dos resultados das ações públicas.

110. No orçamento público brasileiro, o Plano Plurianual (PPA) é o único instrumento que pode prever despesas para exercícios futuros.

111. O orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das estatais são os três orçamentos que compõem a LOA.

112. Os créditos adicionais se dividem em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que esses necessitam de autorização legislativa para serem abertos.

113. A classificação funcional da despesa permite a identificação do impacto econômico do gasto público e sua relação com as políticas públicas.

114. As alterações orçamentárias podem ser realizadas livremente pelo Poder Executivo durante a execução do orçamento, desde que respeitados os limites das dotações iniciais.

115. A arrecadação de tributos pelo governo é classificada como receita orçamentária derivada.

116. A inscrição de restos a pagar processados ocorre quando a despesa foi liquidada, mas não paga dentro do exercício financeiro.

117. As despesas de exercícios anteriores devem ser inscritas como restos a pagar para garantir sua execução no exercício seguinte.

118. O suprimento de fundos pode ser concedido a qualquer servidor, independentemente de sua relação com a administração pública.

119. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a dívida pública mobiliária da União deve ser incluída na LOA.

120. As transferências voluntárias da União para estados e municípios podem ocorrer sem necessidade de previsão orçamentária específica.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
